

# **A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: AS CONCEPÇÕES PRESENTES NOS MARCOS REFERENCIAIS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014.**

**Emina Márcia Nery dos Santos**

[emina@ufpa.br](mailto:emina@ufpa.br)

**Vivian de Lima Cabral**

[viviancabral2005@yahoo.br.com](mailto:viviancabral2005@yahoo.br.com)

## **INTRODUÇÃO**

A história da Educação Básica Brasileira é essencialmente marcada por debates, lutas, avanços e retrocessos, perdas e conquistas, o que por conseguinte, caracteriza o sistema educacional como consequência de uma construção política e social, fortemente influenciado pelo contexto histórico e repleto de desafios que se renovam e alternam no decorrer do tempo.

Dentre os desafios enfrentados na Educação podemos elencar como um dos principais, a oferta de uma educação pública de qualidade, considerando que a sua efetivação no Brasil, apresenta-se como enfrentamento complexo não somente pela dificuldade em se definir, tanto na esfera normativa, como na realidade escolar cotidiana, o que é qualidade em educação e quais os indicadores que caracterizam uma educação pública com qualidade, mas primordialmente, pela necessidade da proposição de políticas públicas que a efetivem e garantam.

Definir uma concepção de qualidade em educação a partir da caracterização presente nos marcos referenciais da política educacional brasileira não é tarefa fácil, pois o referido conceito, construído socialmente, caracteriza-se de forma intrincada ao contexto histórico, político e econômico

vigente, portanto mutante. É importante compreender que cada período de elaboração de políticas educacionais traz entrelaçado em si, um momento histórico diverso, um ideário político específico e uma realidade econômica e social diferenciada, refletidos diretamente na definição e caracterização do que é qualidade em educação em determinado tempo.

A presente pesquisa, de caráter documental e bibliográfico, se propõe a sistematizar uma análise documental das concepções de qualidade presentes na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2001, no Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2010 e no Plano Nacional de Educação de 2014, com o intuito de compreender dentro do contexto histórico de promulgação de cada um dos referidos documentos, como se entendeu a concepção de qualidade em educação.

## **DESENVOLVIMENTO**

É importante salientar que analisar quais concepções de qualidade em educação aparecem nos documentos estruturantes da política educacional brasileira, pressupõe mais que apenas uma leitura dos referidos documentos, remete também a uma leitura mais abrangente do contexto histórico, político e econômico do país no período de promulgação de cada documento.

O debate em torno da qualidade social da educação implica reconhecê-la com um campo polissêmico, dinâmico e histórico, inscrita nas demandas de uma sociedade, em um determinado período, presente no tempo e no espaço. Por assim dizer, é preciso reconhecer a educação como uma prática social e um ato político. No Brasil, a questão da qualidade em educação sempre esteve imbricada nos propósitos da educação, e estes, no processo socioeconômico, político e cultural do país, além de uma extensiva influência internacional, especialmente nas últimas décadas, mas propriamente, a partir de 1990, sob a hegemonia neoliberal.

(TEDESCO e REBELLATO 2015, p. 174,175)

Os autores afirmam ainda que é possível que o caráter polissêmico da palavra “qualidade”, seja uma das causas do não esgotamento do debate acerca do que caracterizaria um processo educativo de efetiva qualidade, termo este que, aplicado à educação adquire conceitos e significações bastante complexas e por esta razão, permite um debate que ainda está longe de ser encerrado. Diante disso, o significado de qualidade em educação notoriamente também não pode ser definido apenas como uma questão de semântica, a sua conceituação requer além de uma reflexão filosófica e ideológica, uma análise do contexto histórico e do ideário político vigente.

Faz-se necessário considerar que existem na política brasileira duas correntes ideológicas de demarcação filosófica bem evidentes: uma ideologia de cunho “Neoliberal”, apoiada no conceito de “Estado Mínimo” e uma ideologia de cunho “Participativo”, apoiada no conceito de “Protagonismo Social”. Esses grupos políticos, quando detentores do poder de legislar, cada um a seu tempo, adotam uma finalidade para a educação que sirva aos seus ideais políticos, e conseqüentemente expressam em seus documentos estruturantes da política educacional, uma concepção de qualidade afinada com a sua ideologia.

É perceptível, portanto, que o contexto histórico, econômico e principalmente político interferem diretamente na caracterização da concepção da qualidade em educação, visto que, novas perspectivas surgem enraizadas nos movimentos característicos de uma sociedade que passa, naturalmente, por constantes mudanças. É evidente que não existe escola desvinculada da sociedade, assim sendo, as mudanças ocorridas na organização social, sejam elas políticas, econômicas ou culturais, haverão de refletir diretamente na educação escolar e conseqüentemente em seus conceitos e diretrizes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes de qualquer consideração sobre as concepções teóricas de qualidade em educação, cabe ressaltar que o presente estudo não tem a pretensão de esgotar o debate acerca da caracterização de uma educação com qualidade, pelo contrário, nos propomos apenas a uma breve análise dos documentos oficiais que regem a educação no país, como forma de

compreender a mutabilidade do termo e instigar a continuidade das discussões sobre a temática da qualidade em educação, suas definições, seus indicadores e os desafios à sua efetivação na educação básica brasileira.

É válido ressaltar ainda que não existe receita pronta para ofertar uma educação com efetiva qualidade, nos cabe como desafio, portanto, instigar a reflexão de como a escola precisa ser e como necessita estruturar o seu trabalho para garantir a tão defendida qualidade da educação. Diante disso, cabe ainda reconhecer o desafio de superar a constante insistência das políticas educacionais em associar a qualidade da educação primordialmente ao desempenho do aluno. Faz-se necessário reconhecer a necessidade de despender esforços no sentido de condicionar a qualidade da educação aos processos de ensino aprendizagem que conduzem à emancipação humana e ao desenvolvimento de um ensino pautado na contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao88.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm). Acessado em 26/03/2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acessado em 28/03/2018.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acessado em 20/04/2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) . Acessado em 20/04/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014. Disponível em [http://www.pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://www.pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) . Acessado em 03/04/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acessado em 01/05/2018.

TEDESCO, Anderson Luiz e REBELATTO, Durlei Maria Bernardon. **QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO: um debate em aberto**. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte, Vol. VIII, Nº 16, P. 173-197, jul/dez 2015. Disponível em: <http://www.revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/viewFile/1020/737>. Acessado em 06/04/2018.